



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS NATURAIS E TECNOLOGIA
REGIMENTO ELEITORAL/CCNT – 2021

ELEIÇÃO PARA COORDENADORES DOS CURSO DE GRADUAÇÃO EM
TECNOLOGIA EM ANÁLISE E DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS E
BACHARELADO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS DO CCNT

CAPÍTULO I

Das Disposições Gerais

Art. 1º Este Regimento disciplinará a realização das eleições para os cargos de Coordenador de Curso de Graduação (Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas e Bacharelado em Relações Internacionais) do Centro de Ciências Naturais e Tecnologia - CCNT para o biênio setembro de 2021 a setembro de 2023.

CAPÍTULO II

Da Comissão Eleitoral

Art. 2º A Comissão Eleitoral (CE), designada pela Direção do Centro de Ciências Naturais e Tecnologia (CCNT) e aprovada pelo Conselho de Centro (Concen), será composta por servidores efetivos e discentes regularmente matriculados, escolhidos respeitando o disposto no art. 3º da Resolução Nº 3391/19-CONSUN, de 13 de Fevereiro de 2019.

§1º A CE será composta por:

- 1 (um) docente efetivo do Conselho de Centro;
- 1 (um) docente efetivo indicado pela Direção do Centro;
- 1 (um) técnico-administrativo efetivo do Conselho de Centro;
- 1 (um) técnico-administrativo efetivo indicado pela Direção do Centro;
- 1 (um) discente do Conselho de Centro.

§2º É vedada a participação e manifestação dos membros da Comissão Eleitoral em favor de quaisquer candidato que irá concorrer ao pleito.

§3º Para cada Campus situado fora da sede de Belém, será escolhida uma sub-comissão eleitoral vinculada à Comissão Eleitoral, constituída de três membros, sendo 01 (um) docente efetivo 01

(um) técnico administrativo efetivo e 01 (um) discente de graduação e, não havendo servidores efetivos que atendam aos requisitos, servidores temporários poderão ser indicados pela coordenação de campi local.

§4º A ausência de determinada classe de representação não impedirá a instalação e o funcionamento da comissão e das subcomissões eleitorais, desde que seja respeitado o quórum de maioria simples.

§5º - Será atribuído ao presidente da Comissão Eleitoral o voto de Minerva quando houver empate nas deliberações da CE.

Art. 3º A CE e sub-comissões se extinguirão automaticamente após a homologação do Resultado Final da eleição.

Art. 4º Compete à CE:

- I. Escolher seu presidente, vice-presidente, relator e secretário;
- II. Coordenar e supervisionar todo o processo eleitoral a que se refere este Regimento;
- III. Fazer cumprir o calendário eleitoral, adotando as providências que se fizerem necessárias, inclusive solicitando à Direção do Centro todos os meios indispensáveis ao pleno cumprimento de suas atribuições;
- IV. Divulgar, inclusive no site da UEPA, junto com o Regimento Eleitoral da Eleição as listas dos eleitores aptos a votar com o respectivo local de votação;
- V. Homologar as inscrições dos candidatos;
- VI. Divulgar inclusive no site da UEPA o resultado da homologação dos candidatos;
- VII. Autorizar os debates e elaborar as normas que os disciplinem;
- VIII. Definir e organizar as seções eleitorais, ouvidas as unidades interessadas quanto à infraestrutura;
- IX. Elaborar a cédula eleitoral;
- X. Credenciar os fiscais indicados pelos candidatos para a eleição e apuração dos resultados;
- XI. Nomear como membros da mesa receptora, preferencialmente eleitores definidos pelo Artigo 5º desta Resolução;
- XII. Totalizar os resultados parciais, divulgando-os juntamente com os resultados finais, inclusive no site da UEPA;
- XIII. Decidir sobre impugnações de candidatos, urnas e votos, em primeira instância;
- XIV. Fazer cumprir as normas que disciplinem a campanha eleitoral;
- XV. Zelar pelo cumprimento do Regimento Eleitoral;

CAPÍTULO III

Dos Eleitores

Art. 5º São eleitores aptos a votar:

§1º Para a Coordenação de Curso:

- I. Docentes efetivos lotados nos departamentos pertencentes ao CCNT e que tenha atuado nos últimos dois anos no curso que realizará a eleição;
- II. Técnicos administrativos efetivos lotados no curso em que ocorrerá a eleição;
- III. Estudantes regularmente matriculados no curso em que ocorrerá a eleição.

§2º São também eleitores aptos a exercer o voto, servidores com licenças consideradas de efetivo exercício, de acordo com a Lei Estadual 5.810.

§3º Não estarão aptos a exercer o voto, servidores aposentados, servidores licenciados para tratar de interesses particulares, servidores da UEPA cedidos para outros órgãos e servidores de outros órgãos cedidos para a UEPA.

§4º A listagem oficial de eleitores aptos a votar, com respectivo local de votação, deverá ser publicada no âmbito do colégio eleitoral da referida eleição.

§5º Após a publicação, é facultado o prazo de até 03/08/2021 para correções e impugnações junto a CE que divulgará a listagem oficial, até 30/06/2021.

CAPÍTULO IV

Dos Candidatos

Art. 6º São elegíveis:

§1º - Para Coordenação de Curso: professores integrantes da carreira docente da Universidade do Estado do Pará há no mínimo 05 (cinco) anos, lotados nos departamentos do CCNT, em pleno exercício de suas atividades acadêmicas/gestão nos últimos 24 (vinte e quatro) meses com pós-graduação em nível de mestrado ou doutorado reconhecido pela CAPES.

§2º Não havendo para os cargos mencionados nos parágrafos anteriores candidatos integrantes da carreira docente da Universidade do Estado do Pará com o mínimo de 05 (cinco) anos, poderá ser autorizada pelo CONSUN a inscrição de candidatos com tempo inferior a 05 (cinco) anos de carreira docente na universidade.

§3º É vedada a candidatura de professores em regime de trabalho de 20 (vinte) horas (tempo parcial).

§4º Será permitida a recondução, conforme estabelecido no Art. 33 e Art. 34 do Regimento Geral da Universidade do Estado do Pará (UEPA), ao coordenador de Curso em mandato vigente, desde que esteja em seu primeiro mandato,

Art. 7º O pedido de inscrição dos candidatos deverá ser feito à Comissão Eleitoral, através do envio, para o e-mail protocolocnt@uepa.br, da ficha de inscrição e documentação especificado no § 1 deste artigo, em arquivo único, no formato PDF, com tamanho máximo de 15 MB, respeitando as datas e horários do cronograma deste edital.

§1º - A documentação necessária para a inscrição no processo eleitoral constará de:

- I. Ficha de inscrição contendo o nome do candidato com a respectiva anuência (ANEXO II);
- II. Ficha Funcional emitida DGP;
- III. Declaração da Diretoria de Gestão de Pessoas (DGP) comprovando que está em pleno exercício de suas atividades acadêmicas/gestão e com um mínimo de 05 (cinco) anos de atividades docentes na UEPA.
- IV. Declaração da Diretoria de Desenvolvimento de Ensino (DDE) comprovando a lotação do docente nos últimos 24 (vinte e quatro) meses nos cursos do CCNT.
- V. Comprovação de titulação acadêmica, exigida para o cargo (diploma ou declaração de conclusão do curso, emitida pelo respectivo programa de pós-graduação).
- VI. Plano de trabalho com a respectiva declaração de custos e fonte de recursos da campanha.

§2º - Ao se inscreverem, os candidatos aceitam e comprometem-se a acatar as normas deste Regimento.

CAPÍTULO V

Da Campanha

Art. 8º Não será permitida:

- I. A distribuição de camisas, bonés e brindes em geral;
- I. Fazer propaganda que instigue a desobediência coletiva, que atente contra pessoas ou bens, que perturbe o sossego público, com algazarra ou abuso de instrumentos sonoros ou sinais acústicos, que calunie, difame ou injurie qualquer pessoa;
- II. Fazer pichação, inscrição a tinta, propaganda com a utilização de aparelho sonoro e/ou atividade que prejudique as atividades de ensino da universidade;
- III. Colagem ou fixação de cartazes e veiculação de propaganda em estrutura física permanente dos prédios utilizados pela universidade e em locais privados sem autorização do proprietário;
- IV. Veicular propaganda que possa macular ou ridicularizar as chapas ou candidatos, ou versar sobre a esfera de sua vida pessoal;
- V. Oferecer, prometer, ou entregar, ao eleitor, com o fim de obter-lhe o voto, bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive emprego ou função pública;
- VI. Utilizar recursos ou bens materiais da universidade para fins de campanha eleitoral se valendo do cargo ou função que ocupa durante o processo eleitoral;

VII. A contratação e pagamento de pessoas para fazer propaganda de chapas ou candidatos nos espaços internos e no entorno dos prédios da universidade

Art. 9 A propaganda eleitoral na Internet poderá ser realizada nas seguintes formas:

- I. Em sítio do candidato;
- II. Por meio de mensagem eletrônica para endereços cadastrados gratuitamente pelo candidato;
- III. Por meio de blogs, redes sociais, sítios de mensagens instantâneas e assemelhados, cujo conteúdo seja gerado ou editado pelos candidatos, de iniciativa de qualquer pessoa natural.

Art. 10 - Na Internet é vedada a veiculação de qualquer tipo de propaganda eleitoral paga.

§1º É vedada, ainda que gratuitamente, a veiculação de propaganda eleitoral na Internet, em sítios:

- I. De pessoas jurídicas, com ou sem fins lucrativos;
- II. Oficiais ou hospedados por órgãos ou por entidades da administração pública direta ou indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Art. 11 É livre a manifestação do pensamento, vedado o anonimato durante a campanha eleitoral, por meio da rede mundial de computadores – Internet, assegurado o direito de resposta.

Art. 12 Fica permitido nas campanhas:

- I. Visita às dependências da UEPA para a divulgação de propostas respeitando às atividades acadêmicas;
- II. Uso de cavaletes com propagandas dos candidatos nas dependências da UEPA;
- III. Distribuição e uso de adesivos com as marcas ou fotos dos candidatos e de folhetos com as propostas da campanha.

Art. 13 As campanhas encerraram obrigatoriamente nas 48 (quarenta e oito) horas que antecedem o dia da eleição.

Art. 14 Os candidatos homologados que descumprirem os artigos do Capítulo V incorrerão na impugnação de suas candidaturas.

CAPÍTULO VI

Das Eleições

Art. 15 As eleições para os cargos de que trata este documento, serão realizadas na capital e no interior, através de votação universal, uninominal e secreta feita de modo que os votos de cada categoria sejam apurados separadamente.

Parágrafo Único: Os candidatos deverão observar e cumprir as atividades indicadas no cronograma (**Anexo I**).

Art. 16 As seções eleitorais serão designadas pela CE e funcionarão em Belém (*Campus V*) e nos *Campi* de Redenção (*Campus XV*) e Castanhal (*Campus XX*).

Art. 17 Nos *campi* de interiorização, a realização do pleito ocorrerá no mesmo dia e horário definidos para a capital, sob responsabilidade da subcomissão local, designada pela CE.

Art. 18 A CE disciplinará e baixará instruções para realização das eleições nos locais de que trata o Art. 16 deste Regimento.

§1º Não poderão ser designados para subcomissões e mesas receptoras: candidatos e/ou seus parentes até terceiro grau (ascendente ou descendente), parentes por afinidade, cônjuge ou companheiro (a);

§2º Cada seção será composta por duas urnas, uma para o voto do servidor (docente e técnico) e outra para o voto do discente, além da listagem dos eleitores e a relação nominal dos candidatos de cada curso, corresponderá a uma mesa receptora de votos;

§3º Ao final da votação deverá ser lavrada a ata de votação, nela constando todas as ocorrências estranhas à rotina normal do pleito e devendo ser assinada pelo presidente, mesários e fiscais;

§4º A listagem dos eleitores e o material para votação serão aqueles oficialmente distribuídos pela CE, a partir dos dados fornecidos pela Diretoria de Gestão de Pessoal – DGP, Departamentos, CRCA, CAD, coordenações de curso e Coordenação de Núcleo;

§5º Cada candidato inscrito poderá credenciar junto à CE até 03 (três) fiscais até 48 (quarenta e oito) horas antes da eleição;

§6º Durante o período destinado à votação e apuração, poderá permanecer no local apenas 01 (um) fiscal por chapa, com prerrogativa de revezamento durante o período;

§7º Os eleitores só poderão votar em seus respectivos locais de lotação, Servidores da UEPA poderão solicitar alteração do local de votação por meio de ficha (Anexo III) enviada a CE, pelo e-mail: protocolocnt@uepa.br, até 10 dias após a publicação da lista de votação.

§8º O voto será secreto e não poderá ser exercido por correspondência nem por procuração.

§9º Terão preferência para votar, os membros da CE e de subcomissões, os enfermos, as grávidas, os idosos e os portadores de deficiências que necessitem de atendimento especial.

§10º A votação na capital e *campi* de interiorização terá seu início às 10h00 e término às 20h00.

Parágrafo único: Nas mesas receptoras dos *Campi* do interior os presidentes podem, ao encerrar a apuração, enviar inicialmente os resultados por meio eletrônico, devendo em o prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas úteis, após o dia da eleição, enviar o material da eleição por malote ou entrega-los pessoalmente a CE.

Art. 20 Visando resguardar o sigilo do voto e a inviolabilidade das urnas, adotar-se-ão as seguintes providências:

a) No início da votação, será rompido o lacre de abertura da urna, na presença dos fiscais ou de 02 (duas) testemunhas e interessados que estiverem no local;

b) A ordem da votação será a de chegada do eleitor, excetuando-se o que preconiza o §9º do Artigo 19;

c) O eleitor se identificará junto à mesa, com a apresentação de um documento oficial e original de identificação, diga-se: Carteiras ou cédulas de identidade expedidas pelas secretarias de segurança, forças armadas, ministério das relações exteriores ou pelas polícias militares e a carteira nacional de habilitação, passaporte, carteira de trabalho e previdência social, além das carteiras expedidas por órgãos de classe e conselho que por força de lei federal valem como identidade, que contenham obrigatoriamente foto e assinatura.

d) O eleitor usará cabine indevassável para votar;

e) Em caso do uso de cédula eleitoral em papel, a autenticidade de cada cédula será garantida pelas rubricas do presidente da mesa e dos mesários da seção, apostas no ato de entrega da cédula ao eleitor.

Art. 21 Na cédula eleitoral constarão os nomes de todos os candidatos inscritos para o cargo de acordo com a ordem obtida através de sorteio, realizado pela CE, 05 (cinco) dias após a homologação dos candidatos, na presença dos pleiteantes aos cargos ou de seus representantes legais, sendo destacado em caixa alta, os nomes pelos quais são conhecidos.

Art. 22 Fica assegurado aos docentes, funcionários técnico-administrativos e discentes o direito de se ausentarem de seus locais de trabalho e salas de aula, pelo tempo necessário para o exercício do direito de voto.

Art. 23 Visando resguardar os direitos de exercer o voto, a CE deverá garantir que a seção eleitoral funcione de acordo com o horário previsto no calendário eleitoral e deverá tomar providências no sentido de evitar qualquer obstrução ao ingresso do eleitor no local de voto.

Parágrafo único: Será considerado ato passível de investigação administrativa ou acadêmica a promoção de atos que impeçam o voto de um eleitor apto a participar da eleição de acordo com as normas dessa resolução

CAPÍTULO VI

Da Apuração

Art. 24 A apuração será procedida pela própria mesa receptora logo após o encerramento da votação e ocorrerá em todos os campi em que houver votação.

§1º - Os trabalhos de apuração poderão ser acompanhados por 01 (um) fiscal credenciado de cada chapa ou candidato, por mesa apuradora.

§2º - Só poderão permanecer no local destinado à apuração os membros da CE, os candidatos, os integrantes da mesa apuradora e os fiscais credenciados.

§3º - Iniciada a apuração, os trabalhos só serão finalizados após a proclamação do resultado final.

§4º - Os recursos e dúvidas sugeridas durante a apuração, serão decididos por maioria simples, por meio dos votos dos membros da mesa apuradora, em primeira instância.

Art. 25 Serão consideradas nulas as urnas que:

- I. Apresentarem sinais evidentes de violação;
- II. Não estiverem acompanhadas das respectivas atas e listas de eleitores.
- III. Apresentarem quantitativo de cédulas diferentes do número de eleitores que votaram.

Parágrafo único: As urnas consideradas nulas serão lacradas e guardadas para efeito de julgamento de recursos.

Art. 26 Serão consideradas nulas as cédulas que:

- I. Não contiverem a autenticação da mesa;
- II. Não corresponderem ao modelo oficial;
- III. Que tiverem mais de um nome assinalado para cada um dos cargos disputados;
- IV. Quaisquer registros estranhos à cédula ou que identifiquem o eleitor.

Parágrafo único: As cédulas e os votos, válidos ou não, retornarão, após sua apuração, à urna de origem, que será lacrada e guardada para efeito de julgamento de recursos.

Art. 27 No boletim de apuração deverá constar:

- I. O número de eleitores;
- II. O número de votantes;
- III. O número de faltosos;
- IV. O número de votos válidos, brancos e nulos, para cada candidato.

Art. 28 Será considerado eleito para Coordenador de Curso, o candidato que obtiver o maior número de pontos de acordo com o artigo 18 da RESOLUÇÃO CONSUN 3391/2019.

Art. 29 Havendo apenas uma candidatura homologada, a CE encaminhará o nome homologado ao CONCEN/CCNT. O candidato será eleito por aclamação em reunião extraordinária do CONCEN/CCNT, em razão da ausência de concorrência.

Art. 30 Em caso de empate aplicar-se-á como critério de desempate o candidato com maior titulação. Persistindo o empate, o candidato com maior tempo de serviço na universidade e posteriormente o de idade maior.

Art. 31 A CE divulgará imediatamente os resultados finais das eleições, concluída a apuração e julgado os recursos.

Art. 32 A CE enviará, por ofício, acompanhado do mapa geral do pleito, o resultado final das eleições ao CONCEN, que deverá homologar os resultados em sessão a ser realizada em até 03(três) dias úteis após a divulgação do resultado e julgamento de recursos pela CE.

Art. 33 Todos os recursos referentes à impugnação de urnas, candidatos ou quaisquer atos eleitorais serão julgados pela Comissão Eleitoral, em primeira instância, devendo ser observadas as normas da presente resolução e, no que couber, o que estabelece a legislação eleitoral comum vigente.

§1º - Em segunda instância o CONCEN respectivo e em última instância, os recursos de que trata o “caput” deste artigo serão apreciados pelo CONSUN.

§2º - Os recursos deverão ser interpostos para comissão eleitoral no prazo de 02 (dois) dias úteis, contados a partir da divulgação oficial do resultado final pela CE, pelo e-mail: protocolocnt@uepa.br

§3º - Os recursos deverão ser interpostos para o Conselho de Centro no prazo de 02 (dois) dias úteis, contados a partir da divulgação do resultado do recurso da CE, pelo e-mail: protocolocnt@uepa.br

§4º - Os recursos deverão ser interpostos para o CONSUN através da Secretaria dos Órgãos Colegiados no prazo de 03 (três) dias úteis, contados a partir da divulgação do resultado do recurso do CONCEN.

CAPÍTULO VII

Das Disposições Finais

Art. 34 Os candidatos inscritos para eleição de qualquer um dos cargos previstos nessa resolução que descumprirem o Regimento Eleitoral poderão ser excluídos do processo eleitoral, observado o direito à ampla defesa e ao contraditório.

Art. 35 Os casos omissos serão resolvidos em primeira instância pela CE, em segunda instância pelo CONCEN e em última instância pelo CONSUN.

Art. 36 Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Belém, 08 de junho de 2021.

Prof^ª. Eliane de Castro Coutinho

Diretora do Centro de Ciências Naturais e Tecnologia

Universidade do Estado do Pará



**UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ
GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS NATURAIS E TECNOLOGIA
REGIMENTO ELEITORAL/CCNT – 2021**

**ELEIÇÃO PARA COORDENADORES DOS CURSO DE GRADUAÇÃO EM
TECNOLOGIA EM ANÁLISE E DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS E
BACHARELADO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS DO CCNT**

Anexo I

CRONOGRAMA

1 - Divulgação do Regimento Eleitoral: a partir de 08/06/2021

2 - Período para a inscrição dos candidatos: 14 a 21/06/2021

Local: Protocolo do *campus* V protocolocnt@uepa.br

3 – Homologação das Inscrições: 22/06/2021

4 – Recurso ao resultado da homologação: 23/06/2021 a 24/06/2021

Local: Protocolo do *campus* V protocolocnt@uepa.br

5 – Divulgação das inscrições homologadas após recurso: 25/06/2021

6 – Período de campanha dos Candidatos: 26/06 a 06/08/2021

6.1 – Debate entre os candidatos a Coordenação: 05/08/2021 em Belém

7 - Eleição: 10/08/2021: Horário: 09h00 às 19h00

8 - Apuração: 10/08/2021: Imediatamente após o término da votação

9- Publicação do Resultado da Eleição: 10/08/2021

10 – Recurso ao resultado da eleição: 11 a 12/08/2021

11 – Resultado do Recurso: 13/08/2021

11 – Publicação após ao Recurso: 13/08/2021



UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ
GOVERNO DO ESTADO DO PARA
CENTRO DE CIÊNCIAS NATURAIS E TECNOLOGIA
REGIMENTO ELEITORAL/CCNT – 2021

ELEIÇÃO PARA COORDENADORES DOS CURSO DE GRADUAÇÃO EM
TECNOLOGIA EM ANÁLISE E DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS E
BACHARELADO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS DO CCNT

Anexo II

FICHA DE INSCRIÇÃO PARA COORDENADOR DE CURSO DE GRADUAÇÃO

Eu, _____,
R.G. nº _____, órgão expedidor _____, data de expedição ____ /
____ / ____, CPF _____, ID Funcional _____,
telefones de contato _____ e _____, professor
_____ nível _____, efetivo da carreira do Magistério Superior da
Universidade do Estado do Pará, lotado no Departamento
_____, exercendo
atividades docentes no(s) curso(s) _____
_____ do CCNT, venho requerer inscrição como candidato
a Coordenador do Curso de _____, na
forma da legislação vigente.

Belém (PA), _____ de _____ de 2021.

Assinatura do Candidato à Coordenador de Curso de Graduação

ATENÇÃO: Devem ser anexadas as declarações indicadas no Art. 7º do Regimento Eleitoral.



UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ
GOVERNO DO ESTADO DO PARA
CENTRO DE CIÊNCIAS NATURAIS E TECNOLOGIA
REGIMENTO ELEITORAL/CCNT – 2021

ELEIÇÃO PARA COORDENADORES DOS CURSO DE GRADUAÇÃO EM
TECNOLOGIA EM ANÁLISE E DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS E
BACHARELADO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS DO CCNT

Anexo III

FICHA DE SOLICITAÇÃO PARA TROCA DO LOCAL DE VOTAÇÃO

Eu, _____, R.G. n°
_____, órgão expedidor _____, data de expedição ____ / ____ /
____, CPF _____, ID Funcional _____, telefones de
contato _____, lotado _____ (Departamento/Setor)
_____, exercendo atividades
(cargo/função) como _____, venho requerer troca do local de votação, do
campus _____ para o campus _____.

JUSTIFICATIVA:

(Local) (PA), _____ de _____ de 2021.

Assinatura do servidor requerente.